

Importância das Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária

A experiência de Ubatuba/SP

*Mauricio Humberto Fornari Moromizato¹, Maurici Romeu da Silva²,
Carolina Nascimento Alves de Lima³, Alessandra Ceregatti⁴*

Resumo A partir da experiência concreta de implementação da política de economia solidária em Ubatuba, cidade localizada no Litoral Norte do Estado de São Paulo, os autores discorrem sobre desafios comuns enfrentados pelos municípios e como superá-los. Entre os temas abordados estão: a organização sociocomunitária, a formalização e regulamentação da política, os recursos financeiros e humanos, a formação de gestores e da sociedade para a compreensão da ecosol e de suas possibilidades como estratégia de desenvolvimento local, além do desafio de superar a cultura hegemônica capitalista, que privilegia o individual em detrimento do coletivo. A gestão municipal investiu na construção de espaços de diálogo com a sociedade, como as conferências e conselhos municipais, normatizou a legislação e trouxe para o município políticas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que permitiram o fortalecimento da agricultura familiar, além do apoio à formação da cooperativa de catadores de recicláveis, ao turismo de base comunitária, à Feira de Economia Solidária e à pesca artesanal profissional. Essas iniciativas criaram espaços formais para práticas de economia solidária que já aconteciam nas comunidades do município, ainda que não concebidas com esse nome, e estimularam o diálogo com a população sobre a necessidade de se organizarem para acessar tais políticas e construir uma alternativa de superação do modelo econômico hegemônico, que gera exploração, violência, desigualdade social e destruição da natureza, com impactos principalmente sobre as mulheres, comunidades tradicionais, além da população negra, indígena e quilombola e em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave Economia solidária; Ubatuba; Políticas públicas municipais; Agricultura familiar; Pesca artesanal tradicional; Comunidades tradicionais; Desenvolvimento local sustentável.

-
- 1 Prefeito da Estância Balneária de Ubatuba, Vice-presidente para a Economia Solidária da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN). email: mauricioprefeito.ubatuba@gmail.com.
 - 2 Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de Ubatuba, representante de Ubatuba na Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária: mauricipesca.ubatuba@gmail.com.
 - 3 Secretária-Adjunta Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de Ubatuba, representante suplente de Ubatuba na Rede Nacional de Gestores de Economia Solidária, Engenheira Agrônoma: carolinaagricultura.ubatuba@gmail.com.
 - 4 Jornalista e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Email: aleceregatti@gmail.com.

Abstract Departing from the concrete experience of implementing public policies of solidarity economy in Ubatuba, a city located in the North Coast of the State of São Paulo, the authors discuss common challenges faced by municipalities and how to overcome them. Socio-community organization, policy formalization and regulation, financial and human resources, training of managers and society to understand the solidarity economy and its possibilities as a local development strategy, as well as the challenge of overcoming the capitalist hegemonic culture, which privileges individuals in detriment of collective are among the topics addressed in the article. Ubatuba municipal administration (mandate 2013-2016) invested in building spaces for dialogue with society - such as conferences and municipal councils, has implemented legislations and brought federal policies such as the PNAE - National School Feeding Program - to the municipal level, which allowed the strengthening of family agriculture. In addition, support was given to a cooperative formed by recyclable waste pickers, to the community-based tourism, the Solidarity Economy Fair and to professional artisanal fishing. Such initiatives created formal spaces for solidarity economy practices that were already being carried out in the municipality, although they were not conceived under that name. They also stimulated the dialogue with the population about the need of organizing themselves in order to access those spaces and to debate alternatives to overcome the hegemonic economic model that generates exploitation, violence, social inequality and destruction of nature, impacting mainly on women, traditional communities, as well as the black, indigenous and quilombola population and those in situation of social vulnerability.

Keywords Solidary economy; Ubatuba; Municipal public policies; Family farming; Traditional fishing; Traditional communities; Sustainable local development.

Resumén A partir de la experiencia concreta de aplicación de la política de economía solidaria en Ubatuba, una ciudad situada en la costa norte de Sao Paulo, los autores discuten desafíos comunes que enfrentan los municipios y cómo superarlos. Entre los temas tratados están: la organización socio-comunitaria, la formalización y regulación de la política, los recursos financieros y humanos, la formación de gestores y de la sociedad para la comprensión de la ecosol y sus posibilidades como una estrategia de desarrollo local, además de la necesidad de superar la cultura hegemónica capitalista, que privilegia el individual en detrimento del colectivo. La administración municipal construyó espacios de diálogo con la sociedad - como conferencias y consejos municipales, definió reglas y ha traído al municipio políticas federales como el PNAE - Programa Nacional de Alimentación Escolar, lo que permitió el fortalecimiento de la agricultura familiar. También apoyó a la formación de la cooperativa de recicladores, la Feria de Economía Solidaria, el turismo de base comunitaria y la pesca artesanal profesional. Estas iniciativas han creado espacios formales para las prácticas de economía solidaria que ya venían ocurriendo en las comunidades, aunque no conceptualizadas con ese nombre. Ha también fomentado el diálogo con el público acerca de la necesidad de organizarse para acceder a este tipo de políticas y construir una alternativa de superación del modelo económico hegemónico, que genera la explotación, la violencia, la desigualdad social y la destrucción de la naturaleza, con impactos principalmente en las mujeres, las comunidades tradicionales y la población negra, indígena, quilombola y en situación de vulnerabilidad social.

Palabras clave Economía Solidaria; Ubatuba; Políticas públicas municipales; Agricultura familiar; La pesca artesanal tradicional; Comunidades tradicionales; El desarrollo local sostenible.

Introdução

A organização sociocomunitária, a regulamentação da política, a busca de recursos financeiros e humanos, a formação de gestores e da sociedade para compreensão do que é economia solidária (Ecosol) e suas possibilidades como estratégia de desenvolvimento local são desafios que marcam as experiências de vários municípios.

Soma-se a eles o desafio maior que é superar a cultura hegemônica capitalista, que organiza as relações de trabalho fundadas na lógica das relações entre patrão/ possuidor dos meios de produção, empregado/vendedor de sua força de trabalho e no individualismo. Essa cultura está presente na sociedade, nas estruturas do Estado e também nos governos e é uma fonte de tensão permanente.

A contradição imposta por vivermos em uma sociedade fundada na lógica do lucro e não do ser humano exige um esforço ainda maior de governantes comprometidos com a mudança social e em compreender e investir na economia solidária como uma forma alternativa de superar o modelo econômico hegemônico. Esse modelo gera exploração, violência, desigualdade social e destruição da natureza, com impactos, principalmente, sobre as mulheres, a população negra, indígena e quilombola, as comunidades tradicionais, a população de rua e os indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

É localmente que tais desafios são superados. A política pública municipal de economia solidária traz para o âmbito local reflexões e práticas normatizadas em legislações específicas, as quais devem, necessariamente, ser adequadas a cada realidade. Nesse processo de enraizamento, a economia solidária é fortalecida e consolidada, ganhando em diversidade e inovação.

A política municipal permite criar novas iniciativas de empreendimentos solidários e potencializar os já existentes por meio da coordenação e do trabalho articulado em rede. O objetivo deste artigo é detalhar esses desafios e, baseando-nos na experiência do município de Ubatuba, mostrar como buscamos superá-los.

1 Desafios para os municípios

1.1 Organização sociocomunitária

Ainda é muito incipiente o tecido social organizado presente em grande parte dos municípios brasileiros, que se constituem, majoritariamente, de cidades de pequeno e médio porte. Em geral, as associações de moradores existentes se organizam por demandas de infraestrutura no bairro sem uma visão mais ampla das causas estruturais dos problemas comuns que afligem a população, como o desemprego, a violência doméstica, o tráfico de drogas, etc.

Estimular a organização das comunidades é, portanto, um primeiro desafio que a gestão popular enfrenta ao implementar políticas municipais de economia solidária.

Esse desafio significa também romper com uma cultura assistencialista histórica, que favorece a dependência em relação ao Estado ou às entidades não governamentais e religiosas de qualquer matriz. O próprio ato de estimular a autonomia e organização das comunidades gera reações de parcelas da população habituadas com práticas coronelistas ou paternalistas, como a do “jeitinho” ou a do “favor”.

Superar essas práticas exige muita construção coletiva, o que é feito por meio do estabelecimento de espaços de diálogo, como as conferências e conselhos municipais. Esses espaços reúnem indivíduos, organizações e gestores públicos e são um ponto inicial para provocar a reflexão, divulgar e estimular a elaboração da política, de planos de trabalho e de ações concretas.

Esse processo de realização das conferências deve ser necessariamente descentralizado, de maneira a romper barreiras territoriais, culturais ou produtivas que mantêm os grupos de pessoas afastadas. Em municípios rurais, por exemplo, as comunidades estão dispersas em várias regiões, o que exige um esforço por parte dos municípios para reuni-las e promover a interação. Dessa forma, elas estarão cientes e poderão participar ativamente da construção da economia solidária, tanto no aspecto prático quanto político.

O estabelecimento de estruturas de apoio e fomento, como os centros públicos de informação e as incubadoras de empreendimentos, é uma iniciativa que contribui para os esforços de sensibilização e de disseminação da política e das práticas de economia solidária.

1.2 Formalização da política e dos grupos

Conferências, leis, decretos e planos são passos necessários para consolidar uma política pública que seja permanente e que vá além de um determinado mandato de governo. Tais processos podem ser feitos com menor ou maior participação da sociedade civil. Quando abertos a essa interação, eles se tornam mais ricos, porém mais lentos, o que pode ter como consequência a desmobilização dos grupos e empreendimentos de ecosol e a descrença.

A formalização da política e a organização de um sistema legal e normativo com regras estabelecidas têm que lidar ainda com um problema adicional que é o de pensar como a política pode ser útil à grande maioria de indivíduos que ainda não está organizada em empreendimentos. Isso significa pensar também em criar mecanismos que permitam aos grupos mais carentes e excluídos da sociedade acessar essa política.

Outro desafio é o da formalização dos grupos produtivos de economia solidária, o que demanda que os laços de confiança em seu interior sejam fortes. Estes só se criam com base no trabalho coletivo regular e podem ser facilmente destruídos se os conflitos não são bem equacionados e se não há lideranças comprometidas com o processo, com capacidade política de construir o consenso e manter o grupo unido.

1.3 Falta de recursos humanos, técnicos e financeiros para a execução da política

A exigência de apoio técnico administrativo, contábil, jurídico e financeiro é outra dificuldade que os municípios encontram para conseguir formalizar os empreendimentos, elaborar suas políticas de economia solidária e executá-las.

O grau de exigência e de especialização para ter acesso às políticas nacionais é particularmente mais difícil para os municípios de pequeno e médio porte. Faltam recursos humanos com conhecimentos técnicos e legislativos, capacitados para lidar com todos os processos de elaboração de projetos, estabelecimento de contratos de convênios, acompanhamento da execução e prestação de contas.

Isso também vale para as organizações da sociedade civil e para os empreendimentos solidários, que enfrentam as mesmas dificuldades técnicas e burocráticas para se constituírem e avançarem em seu trabalho. Em ambos os casos, isso exige que os municípios estabeleçam um processo permanente de formação e capacitação técnica de seu quadro de gestores públicos e dos atores organizados da sociedade civil.

1.4 As dinâmicas políticas que dão sustentação ao governo

Predomina um desinteresse em diversas esferas e âmbitos governamentais na implantação e desenvolvimento da política de economia solidária. Essa situação não é fruto apenas de desconhecimento sobre a política, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil, mas de uma postura ideológica e política cética sobre sua efetividade, ou mesmo contrária a seus princípios, o que é mais forte em governos eleitos por meio de uma coalizão ampla de partidos.

Esse desafio só é superado com base na união, no compromisso e na ação articulada daqueles que, estando dentro da gestão, aproveitam essa oportunidade para implementar a economia solidária como um caminho para o desenvolvimento de um modelo econômico contra-hegemônico.

2 Economia solidária como projeto real de sociedade: a experiência ubatubense

Para o município de Ubatuba, a economia solidária surgiu como caminho obrigatório para atingir o modelo de sociedade que sonhamos construir. Em 2012, pela primeira vez na história da cidade foi eleito um governo popular, em uma coligação com um amplo espectro de partidos, mas liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Iniciou-se, então, um processo de transição de governos em diálogo aberto com um conjunto de atores organizados da sociedade, sendo o ponto central a busca de um modelo de desenvolvimento próprio para Ubatuba. Com cerca de 90% de seu território em área protegida, 102 praias, ilhas, trilhas e cachoeiras, a economia de Ubatuba gira em torno do turismo, da produção pesqueira artesanal, do comércio, da prestação de serviços e da agricultura familiar. Parte significativa da população do território é com-

posta por comunidades tradicionais, como quilombolas, caiçaras e indígenas, muitos em vulnerabilidade social, aos quais se soma um contingente de população migrante que se instalou na cidade principalmente a partir da década de 70. A população fixa chega a quintuplicar durante a alta temporada, entre os meses de dezembro e fevereiro, quando chegam os veranistas.

Nesse cenário, foi identificado o desafio de como promover o desenvolvimento produtivo priorizando a população fixa mais vulnerável do município, garantindo inclusão social e, ao mesmo tempo, aliando sustentabilidade ambiental com equidade e justiça. Em Ubatuba, como em muitas realidades municipais de todo o país, é necessário romper com ciclos históricos que mantêm grandes parcelas da população na miséria e promover políticas de reparação, ou seja, dar mais a quem mais necessita.

As questões que afetam essa população são muito concretas: como garantir uma pequena produção agrícola para o autoconsumo e venda do excedente em uma região que hoje está submetida a rigoroso controle ambiental? Como fortalecer as comunidades tradicionais que, por centenas de anos, foram as que defenderam a natureza, convivendo em equilíbrio com as áreas que hoje são um parque? Como garantir que elas continuem mantendo suas tradições e modo de vida diante do avanço da especulação imobiliária e das tentativas de privatização e entrega do parque para o capital privado? Como garantir a participação social dessas comunidades na definição dos rumos do município?

Para nós, a economia solidária apresentou-se como um caminho natural, porque significa o fortalecimento e organização das comunidades, a defesa do direito à cidade e aos territórios, o fortalecimento de sistemas, - segurança alimentar, o sistema único de saúde, o sistema de assistência social -, além do direito a uma vida sem violência e sem desigualdade social.

E foi assim que a economia solidária se inseriu no programa de governo, com base nas ideias, experiências e saberes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e da Unisol Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Ela foi referendada como uma política importante para Ubatuba no seminário realizado durante o período de transição, após a vitória eleitoral de 2012, e em ato logo no início de governo, no Quilombo da Fazenda da Caixa, que contou com a participação do professor Paul Singer.

Naquele momento, planejamos a construção da política de economia solidária em torno dos seguintes eixos: o desenvolvimento da agroindústria artesanal (potencializada por compras governamentais para a merenda escolar); a criação de oportunidades de trabalho para a população em risco social (aproveitando a participação de catadores na gestão dos resíduos sólidos, as atividades realizadas no âmbito do Centro de Assistência Psicossocial (CAPS) e as atividades relacionadas à arte e à cultura); a promoção do turismo de base comunitária, com foco nas praias, quilombos e aldeias indígenas; e a promoção dos saberes locais sobre culinária e preservação ambiental.

2.1 Fortalecimento do diálogo social para o enraizamento de um conceito

Ainda que não concebida com esse nome, já víamos em certo grau a economia solidária acontecer na prática cotidiana das comunidades do município. No entanto, era preciso conformar os espaços de participação social e de conscientização, e normatizar legislações para que ela pudesse ganhar real importância e tornar-se um mecanismo para fortalecer a economia de Ubatuba, com produtos feitos e consumidos localmente.

Ao longo dos três anos de gestão, tivemos que compreender o estágio da legislação local e atualizá-la segundo os novos mecanismos vigentes em nível nacional, principalmente no âmbito da assistência e desenvolvimento social. Foram criados, ampliados ou recuperados espaços governamentais de participação, como os conselhos municipais, as conferências, os fundos e comissões, entre outros. São esses espaços que garantem a intervenção social pacífica, o diálogo e a resolução dos conflitos cotidianos por meio da deliberação consensual entre seus participantes.

Ao mesmo tempo em que a promoção da economia solidária em Ubatuba não podia ignorar o acúmulo já obtido pelas experiências de diferentes municípios e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ela também não poderia ser algo que partisse do topo para baixo. Por essa razão, o primeiro passo para construir a política municipal foi a realização, em maio de 2014, da I Conferência Municipal de Economia Solidária de Ubatuba. A etapa seguinte envolveu a elaboração e aprovação da Lei nº 3781 de 02 de outubro de 2014, que estabeleceu a Política Municipal de Economia Solidária.

Porém, era claro que a existência de um arcabouço legal seria insuficiente para concretizar a política se a compreensão de como se realiza a economia solidária não está enraizada junto aos grupos organizados e à população beneficiária dessa política. Por esse motivo, além da conferência e da lei, realizamos no primeiro semestre de 2015 vários fóruns municipais em todas as regiões da cidade para sensibilizar a comunidade local e identificar as entidades que já tinham seu trabalho voltado para a economia solidária.

Outra ação foi o estabelecimento de uma parceria, em agosto de 2015, com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) para criar a Rede Ubatuba de Economia Solidária (Ubasol), com o objetivo de articular em cadeia produtiva vários empreendimentos relacionados entre si por sua atividade econômica ou identidade (UBATUBA, 2015).

2.2 Fortalecimento da pesca, da agricultura familiar e da reciclagem

Ao mesmo tempo em que trabalhamos a normatização da política e a sensibilização, também implementamos acordos e ampliamos práticas que proporcionam aos grupos visualizar os benefícios de sua articulação coletiva. É o caso, por exemplo, do convênio estabelecido em 2013 com a Colônia Z-10 Ministro Fernando Costa, que possibilitou aos próprios pescadores administrarem diretamente o Mercado Municipal de Pescado de Ubatuba. Para além dos ganhos econômicos com a comercialização direta de sua produção, esse convênio possibilitou ao conjunto da categoria um salto de consciência para o significado prático de conceitos, como auto-gestão, responsabilidade compartilhada e financiamento solidário.

Como parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovemos em Ubatuba o expressivo aumento da compra direta de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, que saltou de cerca de 30 mil reais em 2012 para pouco mais de 1 milhão de reais entre 2013 e 2015. Essa foi outra medida que ajudou a reforçar junto aos grupos a necessidade de ampliar sua organização coletiva, por exemplo, em cooperativas, e sua formalização.

Com a aprovação da Lei nº 3845, de 16 de junho de 2015, foi criada outra iniciativa que se soma ao conjunto do sistema municipal de economia solidária, chamada Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Em fase de implantação, o SIM permitirá a certificação e a garantia de respeito

às normas sanitárias da produção de origem animal feita no município, agregando valor aos produtos e tirando-os da clandestinidade. Com isso, alimentos como peixe, carnes, ovos, mel, entre outros, poderão ser beneficiados localmente e oferecidos diretamente pelos produtores de Ubatuba a diferentes estabelecimentos, inclusive às escolas da rede municipal, com segurança alimentar e complementando a política do PNAE.

Foi também pelo estímulo à economia solidária que se conseguiu articular parte dessa gestão dos resíduos sólidos de Ubatuba com a cessão de área do município para a Associação de Reciclagem do Coco Verde e de Catadores de Materiais Recicláveis de Ubatuba (Coco e Cia.), que faz a coleta e separação de materiais recicláveis. A experiência ainda é embrionária e necessita de cuidado e acompanhamento próximo do conjunto da gestão. Ela se soma aos esforços de garantir o desenvolvimento local com sustentabilidade e inclusão social. Ao fazer o trabalho de reciclagem, a cooperativa chama atenção da sociedade para a necessidade de que cada um pense não apenas no consumo, mas no destino final do que consome, bem como valorize o trabalho dos catadores.

Esse trabalho se conecta ao do projeto SUP Ecológico, que combina educação ambiental, reciclagem, geração de renda e inclusão social por meio do esporte. O projeto oferece gratuitamente uma alternativa de contra-turno a crianças e adolescentes, democratiza a prática do *stand up paddle* (SUP) e fomenta novos talentos nesse esporte, ao mesmo tempo em que promove a reciclagem das garrafas PET e de outros materiais.

2.3 Fortalecer a preservação ambiental com o turismo de base comunitária

Ainda na elaboração do Plano de Governo, constatou-se que a natureza - rios, cachoeiras, praias, matas e ilhas - está mais preservada justamente nas áreas onde estão as comunidades tradicionais, seja dentro dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar, na beira-mar ou nas áreas adjacentes.

Essas comunidades dão exemplo da convivência harmônica com a natureza, pois mantêm a sustentabilidade e a preservação ambiental de Ubatuba, mas, ao mesmo tempo, enfrentam a ameaça de expulsão de seus territórios pela especulação financeira internacional que hoje se volta a ativos reais, como terra, água, biodiversidade e outros recursos naturais. Isso exige por

parte do município um esforço ainda maior para enraizá-las nos seus locais atuais, fortalecer sua cultura e seu modo de vida, afirmar sua resistência e garantir a melhoria de sua renda e a valorização de sua presença.

É por meio do estímulo ao turismo de base comunitária que afirmamos a cultura, a culinária, as formas de produção agrícola e as lições de preservação ambiental emanadas de comunidades como as das aldeias indígenas de Boa Vista e Renascer, dos Quilombos de Cambury, Fazenda da Caixa, Casanga e Caçandoca e de comunidades caiçaras, como as do Bonete, Fortaleza, Barra Seca, Cambury, Almada, Picinguaba, Sertão do Ubatumirim, Araribá e Corcovado, entre outras.

Entre as ações com esse enfoque estão a valorização e divulgação de festas tradicionais como a de São Pedro Pescador, a Caiçarada, a Festa de São Sebastião (Bonete), as festas da mandioca (no Sertão do Ubatumirim), do Camarão (Almada), ou a obrigação de contratar pessoas locais quando se realizam eventos que se beneficiam do cenário natural, como competições esportivas de aventura.

Outra ação nesse sentido foi a concessão de licença provisória exclusiva para os quilombolas trabalharem nas atividades turísticas da praia no Quilombo da Caçandoca, em uma iniciativa construída em conjunto com o Ministério Público Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e representantes da comunidade.

3 Caminhar e construir a economia solidária em nível municipal

Estimular que cada vez mais mulheres e homens se articulem em grupos comunitários, cooperativas e empreendimentos autogestionários ao mesmo tempo em que instituímos normas e novos espaços de encontro, reflexão e geração de renda é a forma que encontramos em Ubatuba para estimular a economia solidária.

O tempo de um mandato é muito curto para responder a todas as aspirações que a sociedade tem em relação à construção desse modelo contra-hegemônico de desenvolvimento e de vida em sociedade. Para 2016, nossa evolução aponta para o fortalecimento dessa política, com o desafio de consolidar o funcionamento do Conselho Municipal de Economia Solidária, organizar e realizar a Feira de Economia Solidária e Criativa, instituída pelo Decreto n. 6206, de 21 de agosto de 2015, aperfeiçoar as atividades já em andamento como a compra de produtos da agricultura

familiar para a merenda escolar, a reciclagem de resíduos sólidos por meio da cooperativa de catadores e a compra de produtos da cooperativa de costureiras da Vila de Picinguaba, entre outros. Pretendemos ainda colocar em atividade outras ações já legalizadas ou prontas para se iniciarem, como a instituição efetiva do SIM, bem como apoiar a constituição da cooperativa de areeiros e de tantos outros empreendimentos solidários.

Os desafios que são comuns a todos os municípios seguem existindo em Ubatuba, mas não limitam nossa ação e não podem servir de argumento contra a política de economia solidária. É gratificante observar que já há um núcleo da sociedade que reconhece as potencialidades, identifica-se e busca construir ativamente a economia solidária em nossa cidade. Recentemente, realizamos uma reunião ampla com pessoas e grupos que já estão se articulando para participar da feira de economia solidária – realizada a partir de março de 2016 – em uma variada gama de serviços e de produção que está se consolidando: alimentos orgânicos, artesanato ecológico, bordado, pintura e estamparia de camisetas, elaboração de hortas solidárias, construção de pranchas com garrafas PET recicladas, reciclagem de telhas de cerâmica, preparação de pães, biscoitos, conservas e geleias caseiras, artesanato com conchinhas, feltro e reciclagem de resíduos sólidos, troca de saberes sobre medicina tradicional, desenho e elaboração de capas de caderno, criação de fantoches de dedos, serviços de zeladoria e de confecção, entre tantos outros (UBATUBA, 2016).

Tudo isso que relatamos foi feito em três anos, enfrentando os mesmos desafios de tantos outros municípios, como a falta generalizada de recursos financeiros, técnicos e humanos e a inexistência prévia de estruturas de participação e diálogo social. Entretanto, esses desafios foram enfrentados com muita energia e envolvimento militante de pessoas comprometidas com a gestão democrática da cidade, do território, do seu povo e com a economia solidária.

O ano de 2016 se apresenta como essencial para consolidar os mecanismos criados e para que de fato a ação desse governo se perpetue em uma política pública municipal de economia solidária permanente, independente de quem esteja no poder.

Esse relato da experiência em Ubatuba serve apenas como pontuação, dentro de toda a história da economia solidária no Brasil, de seus personagens ativos e visionários, de tantas comunidades que se reconheceram e se organizaram dentro da opção política de lutar por uma sociedade justa, fraterna e sustentável.

É importante reconhecer que já há um caminho percorrido, um legado a ser aperfeiçoado, um espaço para inovações e uma disputa acirrada de modelo de sociedade que queremos. E que tudo isso acontece nos municípios, a partir dos quais nacionalmente a política se torna relevante social e economicamente, com a identidade diversa construída pela população de cada um deles.

4 Uma frente de prefeitos em prol da economia solidária

O enraizamento da Política Nacional de Economia Solidária conta com um instrumento importante de mobilização, sensibilização e execução que é a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne prefeitos de mais de 250 municípios, entre os quais 26 capitais, e que conta com uma vice-presidência dedicada ao tema da Economia Solidária. (MOROMIZATO, 2015)

Em articulação com o Ministério do Trabalho e do Emprego, a FNP trabalha para que o apoio à economia solidária se consolide e avance com a manutenção da Senaes e a articulação permanente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ela busca, ainda, que mais prefeitos coloquem a discussão dessa política como uma prioridade de ação local.

Como parte dessa articulação, a FNP, em parceria com a Unisol e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, realizou em agosto de 2015, em Ubatuba, o seminário “A economia solidária e o trabalho decente na construção do desenvolvimento local sustentável” como parte do Congresso Brasileiro de Municípios. Esse foi um momento de ampliar a sensibilização de gestores, vindos principalmente da região do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, para essa política.

Considerações finais: a economia solidária e o futuro do planeta

A economia solidária se apresenta como um instrumento local para estabelecer novas relações de trabalho por meio da inclusão social e produtiva, em setores já mencionados e reconhecidos, mas também da inovação, atuando em áreas diferentes, como a do entretenimento e da Tecnologia da Informação (economia criativa). Ela é uma poderosa alternativa às pressões do mercado que estimulam a informalidade e retiram direitos trabalhistas arduamente conquistados após anos de luta. Com coragem,

podemos trabalhar pelo estabelecimento de um tecido sociocomunitário alternativo ao paradigma econômico dominante – que é capitalista, racista, machista, explorador da natureza e das pessoas. A organização dos grupos para debater e decidir coletivamente o que produzir e como distribuir bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas é com certeza o aspecto principal que marca a importância de se construir as políticas públicas municipais já citadas.

Entendemos que os municípios, apesar de serem protagonistas na execução das políticas de ecosol, não podem ser ilhas isoladas. A sinergia e a cumplicidade com outros entes federativos são fundamentais para que as ações e seus efeitos na sociedade sejam implementados e fortalecidos de maneira a realmente consolidar uma política nacional de economia solidária.

Vivemos um tempo de esgotamento de recursos naturais, de aquecimento global, de preocupações com a possível escassez de água, com as migrações que já acontecem e que poderão se intensificar. Tratar no âmbito municipal, com políticas locais, explorando melhor a riqueza da força de trabalho, da cultura e da natureza, fortalecendo o empreendedorismo coletivo e social, é, para além de todo o conceito de Economia Solidária, uma política de SUSTENTABILIDADE e de PAZ.

Referências

MOROMIZATO, M. A economia solidária deve migrar para o meio urbano e alavancar uma outra economia. Entrevista [23/07/2015]. **Brasil Debate**. Entrevista concedida a Joel Santos Guimarães. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-economia-solidaria-deve-migrar-para-o-meio-urbano-e-ser-alavancadora-de-uma-outra-economia/>. Acesso em: 10 set. 2016.

UBATUBA. PMU/SMMA. 1º Seminário da Rede Ubasol promove Economia Solidária. Publicado em 28/09/2015. Disponível em: <http://www.ubatuba.sp.gov.br/smma/1o-seminario-da-rede-ubasol-acontece-no-sabado-3-de-outubro/>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. PMU/SMP/SMCDS. Primeira Feira de Economia Solidária movimentou Praça 13 de Maio no feriado. Publicado em 28/03/2016. Disponível em: <http://www.ubatuba.sp.gov.br/smp/primeira-feira-de-economia-solidaria-animou-praca-13-de-maio-no-sabado-de-pascoa>. Acesso em: 10 set. 2016.